



Entre a teoria e a prática dos gêneros jornalísticos: o que dizem os manuais de redação¹

Francisco de ASSIS²

Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, SP

RESUMO

Este trabalho busca comparar o que os principais manuais de redação de impressos brasileiros – da *Folha de S. Paulo*, *d'O Estado de S. Paulo* e *d'O Globo* – definem ou esclarecem sobre os gêneros jornalísticos. O objetivo é entender o que a técnica do jornalismo orienta sobre os conteúdos que podem e/ou devem figurar nas páginas que chegam às mãos do leitor. Um aspecto interessante que esta leitura nos mostra reside no reducionismo que os guias costumam conferir aos gêneros, limitando explicações a itens que não dão conta de todo o processo e de todos os formatos publicados pelos periódicos; além disso, também percebemos a falta de uma definição pontual sobre o que os gêneros representam para tais jornais.

PALAVRAS-CHAVE: Gêneros jornalísticos; manuais de redação; teoria do jornalismo; prática jornalística; técnica jornalística.

1. TEORIA, TÉCNICA E PRÁTICA DO JORNALISMO

A atividade do jornalismo – que incorpora, entre outras questões, os gêneros responsáveis pela identidade dos produtos da imprensa – perpassa, no mínimo, por três estágios: a teoria, a técnica e a prática. Trata-se, na verdade, de processo cíclico que se retroalimenta, constituindo-se em tríade na qual cada elemento subsidia a formação e a manutenção dos demais.

Por teoria, neste particular, entendemos todo o pensamento e todas as articulações acerca do jornalismo, de suas implicações e de seu lugar no cenário social, registradas em documentos formais, tais como livros, artigos, coletâneas, enciclopédias, etc. (MARQUES DE MELO, 2007). Técnica, por sua vez, diz respeito à normatização dos procedimentos ligados diretamente ao fazer jornalístico, que determina e define aspectos gerais e específicos de periódicos e de seus conteúdos (ERBOLATO, 2006;

¹ Trabalho apresentado no GP Gêneros Jornalísticos, no 11º Encontro dos Grupos de Pesquisa em Comunicação, evento componente do 34º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Doutorando e Mestre em Comunicação Social e Especialista em Jornalismo Cultural pela Universidade Metodista de São Paulo (Umesp). Jornalista formado pela Universidade de Taubaté (Unitau) e pesquisador do Núcleo de Pesquisa e Estudos em Comunicação (Nupec), na mesma instituição. Vice-coordenador do GP Gêneros Jornalísticos, da Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (Intercom). e-mail: francisco@assis.jor.br



AMARAL, 1978). Enfim, prática corresponde ao agir cotidiano dos profissionais de jornalismo, cuja ação se baseia no conhecimento acumulado (teoria) e nas normas prévia, tradicional e até universalmente estipuladas (técnica) (ROSSI, 2007).

Sabemos, no entanto, que nem tudo o que se pensa a respeito do trabalho jornalístico é executado à risca, assim como estamos convencidos de que a produção dos jornalistas não está totalmente aprisionada a determinações e a padronizações impostas pelos guias da área. E isso tudo se dá por uma série de razões, dentre as quais o fato de que as teorias a respeito do fenômeno aqui tratado são espelhos de múltiplas realidades, sendo pautadas, muitas vezes, por diferentes conjunturas; não muito distante disso, as técnicas – aqui, vistas como o conjunto de normas documentado em livros e, principalmente, em manuais – variam de suporte para suporte, de veículo para veículo e até mesmo de equipe para equipe.

Pode parecer controverso ou paradoxal afirmar que, embora existam regras a serem cumpridas e proposições que servem para embasar a produção do jornalismo, os produtos gerados no dia a dia das redações ultrapassam padrões preestabelecidos. Mas é fato que, nesses ambientes, os profissionais conseguem, cada um a seu modo, encontrar espaço para criar, imprimir suas marcas, inovar formatos, adequar antigos modelos e caminhar em direções que não aquelas estipuladas em livros; e tudo simplesmente porque as estruturas do jornalismo não são extremamente rígidas, tais como são as de outras áreas, principalmente as das Ciências Exatas, como já afirmamos em trabalho anterior (ASSIS, 2009, p. 236).

Não é sem motivos, portanto, que as pesquisas empíricas voltadas para a análise de conteúdos jornalísticos sempre percebem avanços processuais e identificam novas tendências no material divulgado pela imprensa, inclusive (ou principalmente) no que tange aos gêneros e formatos jornalísticos. Apenas para ilustrar, em pesquisa focada em cinco grandes jornais brasileiros, Lailton Alves da Costa (2008, p. 187-188) catalogou gêneros que ainda não haviam sido classificados³, assim como Tyciane Vaz (2009, p. 137-138), em estudo sobre o gênero utilitário, notou duas formas de prestação de

³ Costa (2008, p. 187-188) utilizou a classificação de José Marques de Melo para nortear seu trabalho. No entanto, chegou a resultados diferentes do que o orientador havia classificado, apresentando, conforme ele mesmo destaca, “uma relação (não uma classificação) dos gêneros autônomos (com seus respectivos propósitos) e aqueles que se [...] relacionam complementares aos primeiros”. A lista que elaborou revela os seguintes itens: 1) *Propósito informativo*: chamada, entrevista, errata, memória, nota, notícia, reportagem, texto-legenda; 2) *Propósito opinativo*: artigo, carta, coluna, comentário, crônica, editorial, ilustração cartunística (charge, ilustração editorial e caricatura), resenha; 3) *Propósito utilitário*: cotação, indicador, roteiro, serviço; 4) *Propósito interpretativo*: análise, dossiê, obituário, perfil; e 5) *Propósito complementar*: cronologia, enquête, fotografia, infográfico.



serviço adotadas pela *Folha de S.Paulo* e pela revista *Veja*, que também não constavam nos livros publicados sobre o tema⁴.

Obviamente, essa situação varia de caso para caso. Em emissoras de TV, por exemplo, especialmente nas que mantêm padrões de qualidade e de estética, os jornais costumam seguir sempre um mesmo modelo – ou modelos adequados para cada horário –, pautado(s) por mandamentos relacionados a concisão e precisão, na tentativa de fazer com que o telejornal seja entendido pelo “telespectador padrão”, sem uso de gírias, jargões, termos eruditos, etc. (REZENDE, 2000, p. 95). No caso dos veículos impressos – aos quais temos dispensado especial atenção, em nossa trajetória acadêmica –, percebemos que as variações ocorrem com mais frequência, pela própria oportunidade que esse suporte oferece a repórteres e editores, para renovar a linguagem ou os procedimentos de redação jornalística, sem que isso signifique transformar determinada publicação em material sem identidade ou não identificável pelo público-leitor.

Por tudo isso, estamos convencidos de que a técnica orientada pelos manuais de jornais impressos, apesar de doutrinária, não encerra todas as possibilidades de atuação dos profissionais. Mas também nos prendemos à ideia de que conhecer e mais bem compreender essa mesma metodologia permite vislumbrar a postura assumida pelos órgãos de imprensa com relação ao seu conteúdo, mesmo que isso não corresponda à totalidade da questão.

Desse modo, o trabalho exposto nestas linhas busca comparar o que os manuais de redação dos jornais *Folha de S.Paulo*, *O Estado de S. Paulo* e *O Globo* têm a dizer sobre os gêneros jornalísticos. A escolha do *corpus* se deu por serem esses três considerados os “principais manuais existentes hoje na imprensa brasileira” (CAPRINO, 2001, p. 11).

Nossa intenção, com a análise dessas publicações, não é propor nova classificação dos gêneros jornalísticos nem tampouco insinuar que a proposta taxionômica que temos adotado, para a classificação dos textos jornalísticos⁵, está destoante do mercado. Quanto a isso, temos uma posição bastante definida: o trabalho acadêmico em torno da catalogação e da categorização dos gêneros ultrapassa as definições dadas por profissionais, dentro das empresas jornalísticas, mas nem por isso

⁴ Vaz (2009, p. 137-138) também adotou, como parâmetro, a classificação de Marques de Melo, que prevê quatro formatos para o gênero utilitário: cotação, indicador, roteiro, serviço. A esses, a autora acrescentou mais dois: dica e olho.

⁵ Sobre essa taxionomia, sugere-se a leitura do texto de José Marques de Melo (2010), bem como consulta à nossa dissertação de mestrado (ASSIS, 2009).



deixa de estar estreitamente ligada ao que as evidências empíricas nos revelam sobre tais realidades. Aqui, nosso objetivo, resume-se à busca por entender como um tema que nos é caro costuma ser tratado por três dos principais veículos do país.

2. NOÇÃO SUCINTA DE GÊNERO JORNALÍSTICO

Há uma forte crítica por parte dos pesquisadores que se ocupam da questão – especialmente os das Ciências da Linguagem – no que diz respeito à falta de uma noção clara sobre o que é gênero jornalístico. Adair Bonini (2003, p. 212) afirma que os “manuais de ensino de jornalismo”, ou seja, os livros da área, geralmente escritos por jornalistas que se dedicam à docência, apresentam um conceito “empregado de modo intuitivo”, cuja “variedade abordada é sempre restrita aos textos mais típicos do meio”⁶. Ainda conforme essa concepção, “o termo gênero”, na bibliografia específica, não é suficientemente discutido, a ponto de promover uma reflexão que vá além de tipologias.

A principal justificativa para o uso simplista do termo é que os leitores, alguns autores e até mesmo profissionais referem-se a gênero conforme o senso comum. Isso explica, por exemplo, a razão de muitos identificarem qualquer unidade textual dos jornais pela nomenclatura “artigo” – afinal, “é comum ouvirmos popularmente: ‘Fulano, você leu tal artigo no jornal?’” (MARQUES DE MELO, 2003, p. 121) – e o fato de os manuais de jornalismo resumirem comumente a classificação dos gêneros aos mais típicos, deixando de apresentar muitos formatos que, embora residuais, também habitam as páginas dos periódicos.

Tudo isso se relaciona, de certo, à própria ambiguidade da palavra gênero. Na língua portuguesa, tal vocábulo apresenta significado que se adéqua a vários aspectos da vida e da vida social, servindo tanto para a identificação de espécies biológicas quanto para a definição de elementos comunicacionais. O *Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa* (FERREIRA, 2004, p. 975) o define como conjunto de espécies que apresentam certo número de caracteres comuns convencionalmente estabelecidos;

⁶ Aqui, vale fazer uma ressalva. O “meio” ao qual Bonini se refere é o jornal, como exposto já no título de seu artigo: “Os gêneros do jornal: o que aponta a literatura da área de comunicação no Brasil?”. No entanto, o autor não dá destaque para o fato de que há uma diferença entre os gêneros jornalísticos (aqueles que correspondem aos conteúdos do jornalismo) e a variedade de gêneros que podem ser encontrados no jornal (muitos dos quais sem qualquer traço de jornalismo). Como avalia Marques de Melo (2010, p. 35), seu equívoco é “confundir o suporte (jornal) com o território habitado pelo gênero (mensagem), atribuindo-lhe o status de ‘hipergênero’”.



palavra de origem latina – *genus/generis* –, está associada a família/espécie, designando o agrupamento de pessoas, objetos, ideias ou quaisquer outros elementos com características próximas.

Para nós, os gêneros jornalísticos são construções sócio-históricas, relacionadas à linguagem, mas que têm, primordialmente, um vínculo indissociável com as “composições discursivas da atividade jornalística” (SEIXAS, 2009, p. 1). Em outras palavras, esses gêneros não são tipos de textos que se determinam apenas pela estrutura composicional das palavras ou pelos traços de estilo; eles são, acima de tudo, reflexos e resultados de uma atividade profissional, que atende a demandas específicas e que se articula conforme as exigências do espaço em que se situa.

Nossa compreensão condiz com o pensamento de Marques de Melo (2009, p. 35), autor que tem amparado teórica e metodologicamente as pesquisas que realizamos a respeito do objeto aqui discutido. Em suas argumentações, os gêneros jornalísticos são elementos do universo comunicacional, que se organiza da seguinte maneira:

O *campo* da comunicação é constituído por *conjuntos* processuais, entre eles a comunicação *massiva*, organizada em *modalidades* significativas, inclusive a comunicação *periodística* (jornal/revista). Esta é estruturada, por sua vez, em *categorias* funcionais, como é o caso do jornalismo, cujas unidades de mensagem se agrupam em *classes*, mais conhecidas como *gêneros*, extensão que se divide em outras, denominadas *formatos*, os quais, em relação à primeira, são desdobrados em espécies, chamadas *tipos*.

Também concordamos com Lorenzo Gomis (2008, p. 107, tradução nossa), segundo quem os gêneros refletem a evolução do jornalismo e surgem pela necessidade de a imprensa oferecer conteúdos diversificados, de naturezas variadas e/ou com funções distintas. Para ele, os gêneros “se fazem necessários quando um mesmo diário começa a utilizar a linguagem de maneiras tão diversas”.

Além do mais, cabe explicar que pensamos os gêneros jornalísticos de acordo com suas propriedades funcionais. Muito embora saibamos que há autores que analisam o mesmo objeto conforme suas propriedades linguísticas – como Manuel Chaparro (2008) e Lia Seixas (2009) –, as discussões que promovemos sempre buscam localizar os gêneros, na esfera jornalística, de acordo com as funções que podem e devem desempenhar na relação imprensa-leitores.

Note-se que esse tipo de classificação percebe os gêneros como um pacto de leitura entre produtor e receptor, estabelecido para que ambos possam “dialogar”. Dito de outra maneira, trata-se é uma “estratégia de comunicabilidade” entre emissores e



audiência (MARTÍN-BARBERO, 2008, p. 303). É para esse sentido, aliás, que aponta Marques de Melo (2003, p. 25), ao defender a distinção entre gêneros como um “artifício” profissional e político, responsável por orientar o trabalho do jornalista e embasar sua relação com o público.

3. MANUAIS DE REDAÇÃO: NORMATIZAÇÃO E ESTILO DO JORNALISMO

O surgimento dos manuais de redação acompanha o próprio profissionalizar da atividade jornalística, que passa a assumir um caráter industrial, após, principalmente, o começo do final do século 19. Trata-se da era da informação de atualidade enquanto mercadoria (MARQUES DE MELO, 2003, p. 24), disponível e negociada no mercado editorial, combinando valor material e valor simbólico.

Manuais de redação são livros com orientações a respeito do(s) estilo(s) e do padrão que determinada publicação jornalística pretende manter. Surgiram no final do século 19, nos Estados Unidos, como tentativa estruturar os relatos sobre o cotidiano de modo semelhante ao que posteriormente se convencionou chamar de “pirâmide invertida” (CAPRINO, 2001, p. 42), tipo de texto que valoriza o *clímax* do acontecimento (do mais importante para o menos importante), em detrimento da narrativa (informação tratada em ordem cronológica).

No Brasil, o primeiro volume dessa natureza foi elaborado por Gilberto Freyre, que “antes de ser reconhecido como pioneiro das Ciências Sociais [...] fez uma apaixonada incursão pelo Jornalismo” (MARQUES DE MELO, 2005, p. 201). Seu guia serviu ao jornal *A Província*, editado em Recife (PE), do qual assumiu a direção em 1929, após retornar de uma estada nos EUA.

Mas foi somente na década de 1950 que os manuais passaram a circular pelas redações de grandes jornais brasileiros. A começar pelo *Diário Carioca*, que contou com a primeira edição de seu manual produzida por Pompeu de Souza, que havia aprendido as técnicas de padronização da imprensa norte-americana, na década anterior, durante viagem à república estadunidense.

Em tese de doutorado dedicada aos manuais, Mônica Caprino (2001, p. 46-47) afirma que, após a experiência do *Diário Carioca*, “todos os jornais foram adotando regras de redação”, como a *Tribuna da Imprensa*, segunda a seguir essa tendência, cujo manual foi redigido por Carlos Lacerda, que, além de “padronização e estilo”,



“acrescentou orientações de comportamento para o jornalista”. Diz a autora, ainda, que as determinações estabelecidas nem sempre eram editadas em forma de livros: “alguns tornavam-nas públicas [...]. Outros faziam regras internas repassadas oralmente ou por meio de fichas que ficavam em caixas nas mesas dos editores”.

Se há objetivo implícito na atitude de querer padronizar o comportamento dos que produzem um jornal, ele diz respeito ao zelo pela qualidade. Qualidade do conteúdo divulgado, que conseqüentemente se manifesta na qualidade do veículo. É isso que buscam orientar os manuais de redação, ao estipular regras. Como lembra Sergio Vilas Boas (1996, p. 40), “racionalizar e padronizar são formas de tornar criterioso o processo de informação. Sem critérios, a prática de informar se tornaria confusa, redundante e discutível. A imprensa busca unidade, legibilidade e identidade do texto”.

Os manuais não orientam apenas os repórteres. Em geral, todos os partícipes do processo de confecção dos jornais – editores, revisores, diagramadores, etc. (VILAS BOAS, 1996, p. 40) – também se orientam a partir desse mecanismo que organiza as características estilísticas das empresas jornalísticas (RODRIGUES, 2003, p. 47).

Além de auxiliar os profissionais, os manuais de redação também podem servir ao ensino do jornalismo, oferecendo aos estudantes “um panorama da política normativa em relação ao texto” da imprensa. Isso é o que José Marques de Melo (1971, p. 3) explicou na apresentação da coletânea *Normas de redação de cinco jornais brasileiros*, editada pela Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA-USP), com os aspectos normativos adotados por diários publicados no país, à época.

No dizer de Jacira Rodrigues (2003, p. 48), o manual de redação, herança da imprensa norte-americana, “é uma forma das empresas exercerem o controle sobre os produtos”. Para além da função de controlar o que é produzido, no dia a dia, os objetivos desse tipo de publicação são descritos pelo *Dicionário de Comunicação*, da seguinte maneira: “promover um estilo próprio e unificado para a publicação, padronizar o texto publicado em suas diversas seções e sistematizar a preparação do material redacional para facilitar o trabalho da diagramação e da composição” (RABAÇA & BARBOSA, 1995, p. 380).

Caprino (2001, p 45) vai além e enumera sete “funções e objetivos dos manuais de redação brasileiros”:

- a) compilar e transmitir normas e padrões do estilo jornalístico, voltado principalmente para jovens jornalistas;
- b) padronizar normas de estilo do veículo específico;



- c) orientar o comportamento e [as] atitudes de jornalistas de um veículo;
- d) transmitir e divulgar a ideologia da empresa jornalística (ou política editorial) para jornalistas e leitores;
- e) divulgar o nome do jornal junto ao grande público, servindo de instrumento de marketing;
- f) estreitar sua relação com o leitor, estabelecendo uma espécie de contrato, pelo qual poderá ser cobrado;
- g) substituir parcialmente as gramáticas, principalmente na função de consulta de dúvidas.

Não há dúvidas de que a padronização e o estilo ditados pelos manuais se refletem, primordialmente, nas classes de conteúdo que dão corpo ao jornalismo, as quais chamamos de gêneros e formatos. É por isso que, no nosso entendimento e na nossa defesa, as orientações sobre tal questão deveriam se constituir como cerne da técnica jornalística, justamente por que expressam e delineiam a identidade da imprensa. Aos manuais, portanto, caberia conduzir a produção dos jornalistas, conforme padrões e critérios que cada veículo pretende assumir.

4. OS GÊNEROS JORNALÍSTICOS NA PERSPECTIVA DOS MANUAIS DE REDAÇÃO

Como dissemos anteriormente, nossa intenção, neste trabalho, é discutir o que os manuais de redação definem por gêneros jornalísticos (e como o fazem), sem que isso signifique questionar a validade e/ou a pertinência do conhecimento teórico acumulado em torno desse aspecto.

Para subsidiar a discussão, utilizamos os mesmos manuais que Caprino (2001, p. 11) adotou em seu estudo sobre o estilo jornalístico da imprensa brasileira. Não tivemos preocupação, no entanto, em recorrer à edição mais atualizada dos volumes, pois compreendemos que, nos últimos anos, eles pouco se alteraram; em geral, as modificações, na última década, correspondem a questões gramaticais, acompanhando o movimento lusófono de reforma ortográfica⁷.

Valendo-nos dos volumes que tínhamos à disposição, chegamos às observações expostas na sequência.

⁷ Referimo-nos, aqui, ao tratado internacional que busca promover união entre os países cuja língua oficial é o português: Portugal, Brasil, Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe, Cabo Verde e Timor Leste. Denominado “Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa”, foi assinado em Lisboa, em 16 de dezembro de 1990. No entanto, somente em 1º de janeiro de 2009 passou a vigorar nos países da CLP (Comunidade de Países de Língua Portuguesa), que estipularam o dia 31 de dezembro de 2012 como prazo limite para a transição das novas regras ortográficas em todas as nações mencionadas.



4.1. MANUAL DA *FOLHA DE S.PAULO*

O *Manual da Redação da Folha de S.Paulo* consiste em livro que procura atender tanto aos jornalistas vinculados ao Grupo Folha quanto aos leitores que o utilizam como “fonte de consulta”. Dividido em quatro capítulos – 1) Projeto Folha; 2) Procedimentos; 3) Padronização e Estilo; e 4) Estrutura da Folha –, “ele consubstancia os princípios da última versão do projeto editorial da *Folha* [...] e procura orientar a aplicação desse projeto na prática cotidiana dos jornalistas” (MANUAL..., 2008, p. 7).

Dos volumes selecionados para a análise, é o único que recebe assinatura institucional, não tendo sido organizado ou coordenado apenas por um profissional, mas por uma “comissão responsável”, cujo trabalho recebeu “a consultoria de especialistas” e foi aprovado “por um colegiado composto pelos integrantes da Direção e da Secretaria de Redação da Folha” (MANUAL..., 2008, p. 7), conforme esclarece sua introdução.

O elemento que nos interessa aparece em verbete do capítulo “Padronização e Estilo”, contendo uma definição bastante sucinta – “há diversos tipos de texto em jornalismo que podem ser agrupados em gêneros” –, complementada por um alerta: “os gêneros opinativos e interpretativos devem ser fundados em informações confirmadas”. Os itens dessa natureza que a *Folha* “comporta” são descritos assim:

- 1) análise: contém a interpretação do autor e é sempre assinada;
- 2) artigo: contém a opinião do autor e é sempre assinado;
- 3) editorial: expressa a opinião do jornal e nunca é assinado; deve ser enfático, equilibrado e informativo, apresentar a questão tratada e desenvolver os argumentos defendidos pelo jornal, ao mesmo tempo em que resume e refuta os contrários;
- 4) crítica: avalia o trabalho artístico, acadêmico ou desempenho esportivo e é sempre assinada;
- 5) crônica: aborda assuntos do cotidiano de maneira mais literária do que jornalística e é sempre assinada;
- 6) “feature”: apresenta a notícia em dimensões que vão além do seu caráter factual e imediato, em estilo mais criativo e menos formal; pode ser o perfil de um personagem ou uma história de interesse humano;
- 7) resenha: faz o resumo crítico de um livro e é sempre assinada;
- 8) notícia: relata a informação da maneira mais objetiva possível; raramente é assinada;
- 9) reportagem: traz informações mais detalhadas sobre notícias, interpretando os fatos; é assinada quando tem informação exclusiva ou se destaca pelo estilo ou pela análise (MANUAL..., 2008, p. 71-72).

Apesar de deixar subentendido que reconhece a vigência dos gêneros interpretativo e opinativo, o manual não esclarece quais são as fronteiras que os

separam. Além disso, devemos notar que não há uma divisão didática ou mais bem delimitada entre esses propósitos, sendo que os gêneros são descritos sem ordenação que aparente qualquer lógica.

É possível visualizar, ainda, algumas imbricações entre os itens listados. A reportagem, por exemplo, é descrita como sendo a que “traz informações mais detalhadas”, ao mesmo tempo em que é apresentada como texto que tem a possibilidade de se destacar pela “análise”, podendo ser assinada; porém, o mesmo manual determina que há um gênero denominado análise, assinado, que expõe a interpretação de seu autor.

Feature é a denominação que a *Folha* dá às matérias escritas com criatividade. Corresponde ao que entendemos como gênero diversional (ou formatos submetidos a ele). No entanto, o manual não o define como uma única forma textual, dizendo que o *feature* pode ser uma história de interesse humano (classificada por Marques de Melo como formato do gênero diversional) ou um perfil (classificado, pelo mesmo autor, como formato interpretativo).

A principal observação que podemos fazer a respeito dos gêneros elencados por esse guia não está nem um pouco distante daquilo que Bonini (2003, p. 212) havia notado: a relação apresentada pelo veículo incorpora os gêneros mais comuns ou mais conhecidos, sendo que não há vestígio de qualquer interesse em ampliar – pelo menos, do ponto de vista da técnica – os horizontes das classes textuais exercitadas pelos jornalistas.

4.2. MANUAL D’O ESTADO DE S. PAULO

Dos três materiais apreciados neste trabalho, o *d’O Estado de S. Paulo* é o que mais deixa clara uma ideia já lançada por nós, nas páginas iniciais do texto: a de que o manual de redação não é capaz (ou não tem a função) de engessar a atuação do jornalista. Seu autor, Eduardo Martins (1997, p. 9), afirma que a finalidade de seu trabalho é “expor, de modo ordenado e sistemático, as normas editoriais e de estilo adotadas pelo *Estado*”, sem que se pretenda, “com isso, tolher a criatividade de editores, repórteres e redatores, nem impor camisas-de-força aos jornalistas da empresa. Seu objetivo é claro: definir princípios que tornem uniforme a edição do jornal”.

O traço mais evidente do manual é a preocupação com a boa e precisa escrita do texto jornalístico. Por isso mesmo, detém-se quase exclusivamente a questões



gramaticais e a regras ortográficas, além de tratar de erros de idioma e de expor formas próprias de redação e estilo determinadas pelo jornal.

A divisão do livro se dá em cinco capítulos: 1) Normas internas e de estilo; 2) O uso da crase; 3) Os cem erros mais comuns; 4) Guia de pronúncia; e 5) Escreva certo. Há, ainda, um anexo, com explicações e padrões a serem adotados quanto a pesos e medidas. Os próprios títulos dos tópicos já demonstram que escrever corretamente e com qualidade é o que o *Estadão* espera de seus jornalistas, que devem fazer uso do manual como apoio, e não como “receita” de um texto padrão.

No que diz respeito aos gêneros jornalísticos, cumpre esclarecer que eles não são mencionados ou discutidos em nenhum dos verbetes. Por essa razão, procuramos adotar, nessa etapa, uma estratégia diferente da consulta que fizemos junto aos outros dois títulos: tomando como base a classificação de Marques de Melo (2009, p. 36), buscamos cada um dos 23 formatos jornalísticos por ele classificados⁸ – que correspondem aos gêneros informativo, opinativo, interpretativo, diversional e utilitário –, na expectativa de encontrá-los dispersos pelo texto. Mesmo assim, pouquíssimos itens dessa relação foram localizados.

Dos gêneros mencionados, apenas formatos submetidos ao informativo e ao interpretativo recebem atenção do manual: notícia, reportagem, entrevista e cronologia. Além disso, há o verbe “opiniões”, no qual é exposta uma breve orientação sobre o que o jornal aceita e estimula como prática opinativa; em termos específicos, apenas o editorial é mencionado como texto de opinião, mas outros aparecem implicitamente:

1 – O jornal, como um todo, tem opiniões sobre os assuntos que publica e as expressa em **editoriais**. O noticiário, por isso, deve ser essencialmente informativo, evitando o repórter ou redator interpretar os fatos segundo sua ótica pessoal. Por interpretar os fatos, entenda-se também a distorção ou condução do noticiário. [...] Deixe esse gênero de ilação a cargo dos especialistas ou editorialistas e apenas descreva os acontecimentos. 2 – Para oferecer ao leitor maior diversidade de pontos de vista, o jornal tem **críticos, comentaristas, analistas, articulistas, correspondentes** e outros que, em **textos assinados**, poderão expor suas opiniões, nem sempre coincidentes as com as do *Estado*. Em casos excepcionais, a **reportagens** mais amplas ou delicadas se permitirá algum tipo de interpretação. É obrigatório, porém, que sejam submetidas à Direção da Redação (MARTINS, 1997, p. 204-205, grifo nosso).

⁸ Na proposta classificatória de José Marques de Melo (2009, p. 36), a distribuição dos gêneros e formatos se dá dessa maneira: 1) *Gênero informativo*: nota, notícia, reportagem, entrevista; 2) *Gênero interpretativo*: dossiê, perfil, análise, enquete, cronologia; 3) *Gênero opinativo*: editorial, comentário, artigo, resenha, coluna, crônica, caricatura, carta; 4) *Gênero diversional*: história de interesse humano, história colorida; 5) *Gênero utilitário*: indicador, cotação, roteiro, serviço.

Com relação aos quatro formatos citados anteriormente, cabem algumas considerações. A primeira é que não há um verbete denominado notícia; no entanto, há um item relacionado a notícia antecipada – tipo de texto em que o jornalista coloca determinada informação, na certeza de que ela irá ocorrer antes que o jornal chegue às mãos do leitor (durante a madrugada, por exemplo) – e outro dedicado a notícia em sequência – que diz respeito ao desdobramento de fatos noticiosos que se estendem durante dias ou meses. Nenhuma dessas menções apresenta definição precisa do que é notícia e de quais são seus elementos, dando a entender que, para o jornal, isso é uma questão que independe de uma abordagem particular.

O verbete sobre a reportagem é mais conceitual, determinando que ela “pode ser considerada a própria essência de um jornal e difere da notícia pelo conteúdo, expansão e profundidade”. Nesse mesmo item, também encontramos o que poderia ser a definição d’*O Estado de S. Paulo* para notícia, a qual é vista como o texto que “descreve o fato e, no máximo, seus efeitos e conseqüências” (MARTINS, 1997, p. 254); porém, percebemos que a definição só é dada para que fique mais compreensível a diferença entre notícia e reportagem.

A entrevista mereceu considerável atenção do manual, que dedica três páginas a descrever os dois principais tipos que o veículo adota: a entrevista de texto corrido e a entrevista de perguntas e respostas. Oferecendo exemplos e “uma série de princípios e preceitos” e de “instruções” que podem ajudar o repórter “a fazer melhor esse trabalho”, Eduardo Martins (1997, p. 108) explica que a entrevista “constitui uma das principais fontes de informação de um jornal”, mas não se preocupa em apresentar uma definição para ela.

Por fim, a cronologia – que Marques de Melo categoriza como formato do gênero interpretativo – é definida nos seguintes termos: “No desfecho de coberturas que se arrastem por meses ou anos, uma forma prática de situar o leitor no tempo é publicar a cronologia dos acontecimentos, com uma indicação sumária dos dias em que houve algum fato digno de nota” (MARTINS, 1997, p. 83). Não há, todavia, qualquer explicação sobre como proceder em sua elaboração.

Importa reforçar, novamente, que os elementos descritos aqui não são tratados como gêneros e/ou formatos pelo manual d’*O Estado de S. Paulo*, embora o sejam. A única alusão a esse foco encontra-se no verbete “opiniões”, no qual aparece a expressão “gênero de ilação”, que corresponde ao opinativo; mesmo assim, não ficou bem explicado o que o veículo compreende como tal.

4.3. MANUAL D'O GLOBO

Organizado e editado por Luiz Garcia, o *Manual de redação e estilo d'O Globo* é formado por cinco capítulos – 1) Antes de escrever; 2) Estilo; 3) Padrões e convenções; 4) Em bom português; e 5) Questões éticas –, complementados por mais cinco apêndices – 1) Palavras perigosas; 2) Acidentes de texto; 3) Em outros idiomas; 4) Expressões jurídicas; e 5) Termos de psicanálise e psiquiatria.

A edição da qual nos valemos é a quarta versão desse manual, sendo que a primeira foi publicada na década de 1960. Sua apresentação diz que o trabalho “tem como ponto de partida a crítica diária de cada edição do Globo, registro necessário (às vezes cruel, segundo opiniões respeitáveis) de erros e equívocos”. Além disso, afirma que o material se faz útil “tanto para os jornalistas do Globo como para quem mais se lance à aventura de escrever” (GARCIA, 1998, p. 9).

O manual d'O *Globo* compõe-se de verbetes e de textos corridos. Em todo o seu corpo, não há nenhum tópico destinado especificamente ao ponto que nos interessa; aliás, é preciso dizer que a palavra gênero sequer consta no índice remissivo, exposto nas últimas páginas. No entanto, no capítulo “Estilo”, há um subtítulo denominado “Tipos de texto”, que aparenta ter o interesse de definir os gêneros e os formatos que podem ser exercitados pelo jornal.

Não vem ao caso transcrever todas as 22 páginas destinadas a esse subtítulo. Todavia, cabe, pelo menos, anotarmos os itens ali esmiuçados, porque eles nos são indicadores da possível postura assumida pelo jornal em relação aos gêneros. É importante explicar, então, que o tópico ao qual nos referimos coloca que, n'O *Globo*, há os seguintes “tipos de texto”: matéria original ou suíte; reportagem; perfil; declaração; off the record; entrevista; documentos; interpretação; matéria leve; opinião; investigação; legenda; texto-legenda; título; e chamada.

Percebemos aí algumas incoerências, a começar pelo fato de a parte do manual que focalizamos, mesmo tendo recebido o nome “Tipos de texto”, misturar gêneros (interpretação; opinião), formatos (reportagem; perfil; entrevista; texto-legenda; chamada), procedimentos de apuração (declaração; off the record; investigação; documentos), tipos de matéria (matéria original ou suíte; matéria leve) e elementos dos conteúdos jornalísticos (legenda; título).

Excluindo os tópicos que fogem à nossa proposta de discussão, vale observar que, embora enumere formatos informativos, quando se propõe a descrever os modos de



tratamento dos dados jornalísticos, o manual não inclui nenhum item sobre informação, dispensando atenções somente à opinião e à interpretação.

Por outro lado, é curioso notar que o manual se preocupa em oferecer definições para texto-legenda e chamada, formatos que não constam na classificação de Marques de Melo, mas que foram registrados por Costa (2008, p. 187) como tendo propósito informativo. Comparando-o com os outros dois livros consultados, é o único que caminha um pouco além dos gêneros já legitimados teoricamente.

No que diz respeito à confusão provocada pela sobreposição de elementos comuns à produção jornalística – mas que são diferentes, em suas essências –, pode-se dizer que isso tende a denotar que a organização dos gêneros jornalísticos não é uma preocupação do jornal, pelo menos do ponto de vista formal. É evidente que, na prática, o veículo se organiza conforme suas múltiplas funções; mas a falta de um registro com definições mais precisas revela que a organização do conteúdo ocorre de maneira natural, sendo que muito provavelmente os responsáveis pelos processos de redação e edição bem sabem como proceder.

5. BALANÇO GERAL

As observações que fizemos em torno dos três manuais de redação selecionados para este trabalho nos fazem concluir que essas gramáticas têm, como principal característica, o reducionismo dos gêneros jornalísticos aos textos que mais comumente são publicados em seus respectivos jornais, limitando discussões e/ou possíveis classificações.

Relacionando, portanto, teoria e prática – e pensando, ainda, que a técnica apresentada pelos guias situa-se no caminho entre esses dois pólos –, já podemos advertir que a noção de gênero que temos trabalhado, em nossas articulações teóricas, não é a mesma que se encontra ou que se pode perceber nos manuais, que categorizam gêneros – direta ou indiretamente – como tipos de texto. Como dissemos anteriormente, em nossa perspectiva os gêneros são classes de mensagens e não apenas textos com determinados caracteres.

Por isso mesmo, também pudemos perceber que a distinção que fazemos entre gêneros e formatos, em conformidade com as prescrições de José Marques de Melo, não encontram eco nos manuais, exatamente porque eles não se preocupam em definir o que



é gênero jornalístico – isso, sem contar os casos em que sequer mencionam sua existência – e tampouco se comprometem em orientar a prática de todos os possíveis formatos que, no dia a dia, são impressos nos jornais.

Nesse mesmo sentido, percebemos que, dos cinco gêneros que utilizamos como parâmetro para a análise da imprensa, os manuais só reconhecem três: informativo, opinativo e interpretativo. Resta-nos, agora, buscar outras pistas que expliquem por que os gêneros diversional e utilitário não são ratificados por esses veículos, principalmente este segundo, que tem conquistado cada vez mais espaço nas publicações jornalísticas, que se assumem como prestadoras de serviços.

Anotadas as divergências entre o que identificamos na prática, o que pensamos teoricamente e o que encontramos nas documentações técnicas, fica o desafio de mais bem articular os parâmetros que regem todos os estágios da atividade jornalística.

REFERÊNCIAS

- AMARAL, Luiz. **Técnica de jornal e periódico**. 2. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1978.
- ASSIS, Francisco de. **As variedades no jornalismo brasileiro**. 2009. 254 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) – Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2009.
- BONINI, Adair. Os gêneros do jornal: o que aponta a literatura da área de comunicação no Brasil? **Linguagem em (Dis)curso**, Tubarão, v. 4, n. 1, p. 205-231, jul./dez. 2003.
- CAPRINO, Mônica Pegurer. **Questão de estilo**: estudo sobre o texto jornalístico e os manuais de redação. 2001. 85 f. Tese (Doutorado em Comunicação Social) – Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2001.
- CHAPARRO, Manuel Carlos. **Sotaques d'aquém e d'além mar**: travessias para uma nova teoria dos gêneros jornalísticos. São Paulo: Summus, 2008.
- COSTA, Lailton Alves da. **Teoria e prática dos gêneros jornalísticos**: estudo empírico dos principais diários das cinco macro-regiões brasileiras. 2008. 197 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) – Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2008.
- ERBOLATO, Mário L. **Técnicas de codificação em jornalismo**: redação, captação e edição no jornal diário. 5. ed. São Paulo: Ática, 2006.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa**. 3. ed. Curitiba: Positivo, 2004.



- GARCIA, Luiz. **O Globo**: manual de redação e estilo. 25. ed. São Paulo: Globo, 1998.
- GOMIS, Lorenzo. **Teoría de los géneros periodísticos**. Barcelona: UOC, 2008.
- MANUAL da Redação: Folha de S.Paulo. 13. ed. São Paulo: Publifolha, 2008.
- MARQUES DE MELO, José. Gêneros jornalísticos: conhecimento brasileiro. In: MARQUES DE MELO, José; ASSIS, Francisco de (Orgs.). **Gêneros jornalísticos no Brasil**. São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo, 2010. p. 23-41.
- _____. **Jornalismo**: compreensão e reinvenção. São Paulo: Saraiva, 2009.
- _____. Pensamento jornalístico: a moderna tradição brasileira. **Intercom**: Revista Brasileira de Ciências da Comunicação, v. 30, n. 2, p. 15-40, jul./dez. 2007.
- _____. Gilberto Freyre, modernizador precoce da imprensa brasileira In: _____. (Org.). **Imprensa brasileira**: personagens que fizeram história. v. 1. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, Universidade Metodista de São Paulo, 2005. p. 199-206.
- _____. **Jornalismo opinativo**: gêneros opinativos no jornalismo brasileiro. 3. ed. Campos do Jordão: Mantiqueira, 2003.
- _____. Nota introdutória. In: _____. (Org.). **Normas de redação de cinco jornais brasileiros**. São Paulo: ECA-USP, 1971. p. 3-4.
- MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Dos meios às mediações**: comunicação, cultura e hegemonia. 5. ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2008.
- MARTINS, Eduardo. **Manual de redação e estilo de O Estado de S. Paulo**. 3. ed. São Paulo: O Estado de S. Paulo, 1997.
- RABAÇA, Carlos Alberto; BARBOSA, Gustavo. **Dicionário de Comunicação**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1995.
- REZENDE, Guilherme Jorge de. **Telejornalismo no Brasil**: um perfil editorial. São Paulo: Summus, 2000.
- RODRIGUES, Jacira Werle. **Reportagem impressa, estilo e manuais de redação**: a construção da autoria nos textos do jornalismo diário. Santa Maria: FACOS-UFSM, 2003.
- ROSSI, Clóvis. **O que é jornalismo**. 10. ed. 8. reimp. São Paulo: Brasiliense, 2007.
- SEIXAS, Lia. **Redefinindo os gêneros jornalísticos**: proposta de novos critérios de classificação. Covilhã: Labcom, 2009.
- VAZ, Tyciane Cronemberger Viana. **Jornalismo de serviço**: o gênero utilitário na mídia impressa brasileira. 2009. 198 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) – Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2009.
- VILAS BOAS, Sergio. **O estilo maganize**: o texto em revista. São Paulo: Summus, 1996.